

nos termos de acordo firmado pela Câmara Regional do Grande ABC, em janeiro de 2000, com a participação de pesquisadores da Universidade do Grande ABC, Consórcio Intermunicipal da bacia do Alto Tamandateí e Billings – que integra e representa os sete municípios do ABC – e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, com assessoria técnica do Condephaat, representando o governo do estado. O projeto se propõe a construir coletivamente uma metodologia de investigação do espaço urbano para a identificação do patrimônio cultural e ambiental, marcos da identidade local e regional, possibilitando uma interpretação sobre a necessidade de intervenções de requalificação urbana a partir da percepção do espaço. Para tanto, reúne a experiência do grupo de pesquisadores, na percepção poética e intelectual das relações entre arte e cidade, natureza e cultura, história e memória, ao conhecimento técnico daqueles que trabalham e vivenciam o cotidiano das cidades e as memórias e imagens dos que ali vivem. Sua realização se dará por meio do debate conceitual e metodológico e de visitas de campo com a elaboração de registros de imagens, desenhos, fotos, mapas mentais, integrando memória e imagem e possibilitando novos e múltiplos pontos de vista. Assim, promove o debate sobre políticas públicas, envolvendo qualidade de vida e bem-estar da população, na direção de identificar e afirmar identidades, seja de ser cidadão que tem memória e realiza vivências, produzindo experiência individual e coletiva, seja do lugar que apresenta imagens únicas, produzindo referência e orientação. Identidades essas que são fundantes na constituição e configuração do cenário do acontecimento do ser: a cidade.

135

### Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2000/13724-7  
Vigência: 1/2/2002 a 31/3/2006

Dentre as atribuições do Ministério Público, estão, no âmbito criminal, a titularidade exclusiva da ação penal pública, enquanto, na esfera cível, além de atuar como fiscal da lei cabe-lhe instaurar procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório de inquérito civil) para investigar danos a interesses difusos e coletivos. Concluída a investigação, pode-se chegar à propositura de ação civil pública ou a um termo de ajustamento de conduta que visarão à reparação do dano causado. Na área de habitação e urbanismo, um dos casos típicos de atuação do Ministério Público é em relação a edificações ou loteamentos irregulares e/ou clandestinos, uma vez que a ofensa aos padrões urbanísticos atinge a coletividade como um

todo. São objetivos do presente projeto a elaboração de padrões de regularização que permitam melhor adequação de implantações irregulares à legislação vigente, com melhoria da qualidade de vida da coletividade e efetiva reparação dos danos causados. Tais projetos deverão servir de subsídio para a elaboração dos termos de ajustamento de conduta ou a pedidos a serem formulados nas ações civis públicas. O diálogo entre as áreas técnica e jurídica e a própria discussão da legislação vigente permitirão uma ação mais realista e efetiva, acenando, ainda, com a possibilidade de subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas adequadas para habitações de interesse social e para a implantação de equipamentos. A primeira fase do projeto deverá: 1) consolidar a equipe técnica e proceder ao levantamento e sistematização dos procedimentos existentes nas promotorias da Região Metropolitana de São Paulo e das ações em curso a partir de 1996, ano em que o Caohurb foi implantado; identificar situações típicas; desenvolver projeto-piloto (proposta de alternativas urbanísticas) em um procedimento a ser escolhido, na RMSP; 3) formular alternativas para a reparação dos danos causados no caso estudado; 4) promover seminário entre promotores, agentes públicos municipais (da RMSP) vinculados à aprovação e controle de uso e ocupação do solo e universidade. O prosseguimento envolverá o desenvolvimento de projetos para as diversas tipologias de situações identificadas, bem como alternativas para a reparação dos danos urbanísticos e ambientais e metodologia para sua escolha e aplicação.

## PSICOLOGIA

136

### Desenvolvimento de indicadores sociais e sistematização de sua manutenção: um estudo para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em São José do Rio Preto, SP

Raul Aragão Martins  
Instituto de Biociências, Letras e Ciências  
Exatas de São José do Rio Preto  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2007/55314-9  
Vigência: 1/1/2009 a 30/6/2009

O projeto tem como objetivo levantar e organizar informações em um sistema sobre crianças em situação de risco social, mulheres submetidas à violência e à prostituição, idosos, moradores de rua e portadores de deficiência. Esse sistema tem por finalidade principal definir princípios, normas, critérios e aspectos técnicos gerais para dar condições para a construção de ações de políticas públicas em consonância com as diretrizes do Suas. Utilizar-se-ão metodologias que priorizarão a sistematização das infor-